



**PAUTA DA 4ª SESSÃO DE JULGAMENTO
A SER REALIZADA EM 20 DE MARÇO DE 2009**

O PRESIDENTE DA COMISSÃO DE ANISTIA do Ministério da Justiça, criada pelo artigo 12, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, torna público a todos os interessados e aos que virem o presente EDITAL, ou dele conhecimento tiverem, que no dia 20 de março de 2009, à partir das 08:30 horas, no Auditório do CESUSC - Rodovia SC 401, Km 10 - Santo Antônio de Lisboa - Florianópolis / SC, realizar-se-à Sessão da Comissão de Anistia.

Nº	Requerimento	Tipo	Nome	Relator
1.	2001.01.01652	A	ROGÉRIO DUARTE DE QUEIROZ	Conselheiro Egmar José de Oliveira
2.	2001.01.02457	A	JOÃO JORGE PIO	Conselheira Marina da Silva Steinbruch
3.	2001.01.03259	A	MANOEL DIAS	Conselheiro Vanderlei Teixeira de Oliveira
4.	2001.01.04906	A	LUIZ GONZAGA RIBEIRO	Conselheira Ana Maria de Oliveira
5.	2001.01.04979	A	CIRO MANOEL PACHECO	Conselheiro Vanderlei Teixeira de Oliveira
6.	2001.01.04345	A	ELIZABETH BAADER COSTA	Conselheira Ana Maria de Oliveira
7.	2001.01.05232	A	LÁZARO MEURER	Conselheiro Egmar José de Oliveira
8.	2001.01.05586	A	GILBERTO SCHREINER PEREIRA	Conselheiro Vanderlei Teixeira de Oliveira
9.	2002.01.06266	A	HÉLIO LEMOS MAGDAL	Conselheira Marina da Silva Steinbruch
10.	2002.01.07264	A	CASSILDA LUCY SOARES PRADA	Conselheiro Vanderlei Teixeira de Oliveira
11.	2002.01.07859	A	GENI DE OLIVEIRA RAMOS	Conselheira Marina da Silva Steinbruch
12.	2002.01.13893	A	JOSÉ ADIL DE LIMA	Conselheira Marina da Silva Steinbruch
13.	2003.01.20610	A	DALILO QUINTINO PEREIRA	Conselheiro Vanderlei Teixeira de Oliveira
14.	2003.01.33147	A	WAGNER TEIXEIRA FERREIRA	Conselheira Marina da Silva Steinbruch
15.	2004.01.47481	A	NELSON PEDRO ZAMBON	Conselheiro Egmar José de Oliveira

Legenda:

A - Anistiando

R - Requerente

PAULO ABRAO PIRES JUNIOR

**CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA
ECONÔMICA**

**ATA DA 536ª SESSÃO ORDINÁRIA DE DISTRIBUIÇÃO
REALIZADA EM 18 DE MARÇO DE 2009**

Hora: 10h

Presidente: Arthur Badin

Secretário do Plenário: José Antonio Batista de Moura Ziebarth

Foram distribuídos pelo sistema de sorteio os seguintes feitos:

Ato de Concentração nº 08012.001858/2009-19

Requerentes: Companhia Brasileira de Bebidas, Kraft Food Brasil S.A.

Advogado(s): Guilherme Favaro Corvo Ribas, Cristianne Saccab Zarzur, Lilian Barreira

Relator: Conselheiro Paulo Furquim de Azevedo

Ato de Concentração nº 08012.001868/2009-46

Requerentes: Compera Ntime Internet Móvel S.A., Yavox Latin America S.A.

Advogado(s): Lauro Celidonio Gomes dos Reis Neto, Paula S.J.A. Amaral Salles, Patrícia Avigni

Relator: Conselheiro Fernando de Magalhães Furlan

Ato de Concentração nº 08012.001869/2009-91

Requerentes: Petróleo Brasileiro S.A., UEG Araucária Ltda

Advogado(s): Bruno Henrique de Oliveira Ferreira

Relator: Conselheiro Olavo Zago Chinaglia

Ato de Concentração nº 08012.001896/2009-63

Requerentes: D&PL Brasil Ltda., Maeda S.A. Agroindustrial

Advogado(s): José Inácio Gonzaga Franceschini, Camila Castanho Girardi, Cláudia Nastari Capanema, Custódio da Piedade U. Miranda.

Relator: Conselheiro Vinícius Marques de Carvalho

ARTHUR BADIN

Presidente do Conselho

JOSÉ ANTONIO BATISTA DE MOURA ZIEBARTH

Secretário do Plenário

**PAUTA DA 440ª SESSÃO ORDINÁRIA DE JULGAMENTO
A SER REALIZADA EM 25 DE MARÇO DE 2009**

Início: 10h

Ato de Concentração nº 08012.000097/2009-70

Requerentes: Recofarma Indústria do Amazonas Ltda.; Amarantina Participações S.A. e Holdinbrás Participações Ltda.

Advogados: Sérgio Varella Bruna, Caio de Queiroz e outros

Relator: Conselheiro Paulo Furquim de Azevedo

Ato de Concentração nº 08012.000231/2009-32

Requerentes: Dassault Aviation S.A., Alcatel - Lucent e Thales S.A.

Advogados: Fábio Figueira, Mariana Villela, Ticiano Noqueira da Cruz Lima e outros

Relator: Conselheiro Paulo Furquim de Azevedo

Ato de Concentração nº 08012.000746/2009-32

Requerentes: Invest Tur Brasil - Desenvolvimento Imobiliário e Turístico S.A., LAHotels S.A.

Advogados: Bárbara Rosenberg, José Carlos da Matta Bernardo, Lauro Celidonio Neto e outros

Relator: Conselheiro Paulo Furquim de Azevedo

Ato de Concentração nº 08012.011933/2008-61
Requerentes: Infrabrazil Fundo de Investimento em Participações S.A., Fundo de SH1000 Participações S.A. e Fundo de Investimento em Participações Multisetorial Plus.

Advogados: Pedro A. A. Dutra e Eduardo Caminati Anders
Relator: Conselheiro Fernando de Magalhães Furlan

Ato de Concentração nº 08012.008798/2008-76
Requerentes: Bunge Alimentos S.A. e Cargill Agrícola S.A.

Advogados: Rodrigo M. Carneiro de Oliveira, Renê Guilha da Silva Medrado, Marília Zulini da Costa e outros

Relator: Conselheiro Vinícius Marques de Carvalho
Ato de Concentração nº 08012.000069/2009-52

Requerentes: Quercegen Agronegócios I Ltda. e Merk S.A.
Advogados: Ricardo Noronha Inglês de Souza e Fabrício Bandeira

Relator: Conselheiro Vinícius Marques de Carvalho
Ato de Concentração nº 08012.000523/2009-75

Requerentes: AV Manufacturing Indústria e Comércio de Peças e Acessórios Automotivos Ltda. (AVM) e Adelphi Automotive e Systems do Brasil Ltda. (DELPHI)

Advogados: Francisco Ribeiro Todorov, Marcelo Maciel T. Filho, Sérgio Varella Bruna e Caio de Queiroz

Relator: Conselheiro Vinícius Marques de Carvalho
Ato de Concentração nº 08012.000573/2009-52

Requerentes: AEI e Buckland Investment Pte Ltd
Advogados: Viviane Nunes Araújo Lima, Fernando Berti de Azevedo Barros e outros

Relator: Conselheiro Vinícius Marques de Carvalho
Ato de Concentração nº 08012.000037/2009-57

Requerentes: BHP Billiton PC., Rio Tinto PLC., Richards Bay Minerals e Blue Horizon Investments 41 Limited

Advogados: Fábio Figueira e Mariana Villela
Relator: Conselheiro Carlos Emmanuel Joppert Ragazzo

Ato de Concentração nº 08012.000673/2009-89
Requerentes: Abbott Laboratories e Advanced Medical Optics, Inc.

Advogados: José Augusto Ragazzini, Marcelo Caliani e outros

Relator: Conselheiro Carlos Emmanuel Joppert Ragazzo
Ato de Concentração nº 08012.010962/2008-13

Requerentes: Georgsmarienhütte Holding GMBH - GMH e MWL Brasil Rodas e Eixos Ltda. MWL

Advogados: Syllas Tozzini, José Augusto Caleiro Regazzi, Marcelo Procópio Calliani e outros

Relator: Conselheiro César Costa Alves de Mattos
Ato de Concentração nº 08012.011728/2008-03

Requerentes: Johnson & Johnson e Omrix Biopharmaceuticals INC

Advogados: Maria Eugênia Novis, Amadeu Carvalhaes Ribeiro, Aylla Mara de Assis e outros

Relator: Conselheiro César Costa Alves de Mattos
Ato de Concentração nº 08012.011868/2008-73

Requerentes: Exxonmobil Marine Limited. e Esso Brasileira de Petróleo Limitada

Advogados: José Alexandre Buaziz Neto, Danilo Palermo, Leonardo P. da Rocha e Silva e outros

Relator: Conselheiro César Costa Alves de Mattos
Ato de Concentração nº 08012.000233/2009-21

Requerentes: Tapin Participações S.A. e Regina Indústria e Comércio S.A.

Advogados: Túlio Freitas do Egito Coelho, Alessandro Marius Oliveira Martins, Milena Fernandes Mundim e outros

Relator: Conselheiro César Costa Alves de Mattos

Ato de Concentração nº 08012.000247/2009-45
Requerentes: Gerdau Hungria Holdings Limited Liability Company, Corporación Sidenor S.A. Luxfin Participation e Merfin Investmtd Limited

Advogados: Tércio Sampaio Ferraz Junior, Juliano Souza de Albuquerque Maranhão, Thiago Francisco da Silva Brito e outros

Relator: Conselheiro César Costa Alves de Mattos
Averiguação Preliminar nº 08012.006044/2001-13

Representante: Sergio Alexandre Dexheimer e outros
Representada: BR Distribuidora, Ipiranga, Texaco, Shell e Esso

Relator: Conselheiro Fernando de Magalhães Furlan
Processo Administrativo nº 08000.002135/1995-29

Representante: SDE "ex officio"
Representadas: Fujioka Cine Foto Ltda., Junior Cine Foto Ltda., Cine Foto GB Ltda., Ribeiro e Cia. Ltda., Cine Foto Ótima, Sonora Comercial Ltda., Cine Foto Okubo Ltda., Spetra Com. Ser. Fotográficos, Cia Color Reportagens Fotográficas Ltda., STK Cine Foto Ltda., Ton & Cor Cine Foto Ltda. e outras

Advogados: Antônio Luis Barbosa e Pedro Ernesto dos Santos Filho

Relator: Conselheiro Paulo Furquim de Azevedo
Processo Administrativo nº 08012.002692/2002-73

Representante: Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda

Representadas: Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. e Petróleo Brasileiro S.A.

Advogados: Bolívar Moura da Rocha, Aurélio Marchini Santos, Marcus Vinicius M. Versolatto e outros

Relator: Conselheiro Carlos Emmanuel Joppert Ragazzo

ARTHUR BADIN

Presidente do Conselho

JOSÉ ANTONIO BATISTA DE MOURA ZIEBARTH

Secretário do Plenário

**CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA
CRIMINAL E PENITENCIÁRIA**

**ATA DA 348ª REUNIÃO ORDINÁRIA
REALIZADA NOS DIAS 3 E 4 DE NOVEMBRO DE 2008**

Aos três e quatro dias do mês de novembro do ano de dois mil e oito, os membros do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, reuniram-se nas instalações da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro. Compareceram: o Presidente, Sérgio Salomão Shecaira e os Conselheiros: Adeildo Nunes, Carlos Eduardo Adriano Japiassú, Carlos Lélis Lauria Ferreira, Carlos Weis, Cassio Castellarin, Christine Kampmann Bittencourt, Ela Wiecko Volkmer de Castilho, Eleonora de Souza Luna, Geder Luiz Rocha Gomes, Herbert José Almeida Carneiro, Pierpaolo Cruz Bottini e Valdirene Daufemback. A reunião contou ainda com a presença do ex-conselheiro Edson José Biondi, representante dos Direitos Humanos do Rio de Janeiro, Srª Margarida Pressburger, o Presidente do Conselho Penitenciário do Rio de Janeiro, Leandro Barbosa, o representante da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, Sr. Rodrigo Duque, o Juiz da Vara de Execução Penal do Rio de Janeiro, Dr. Rafael Estrela e o Promotor de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, Dr. Cristiano Lioi. Justificaram a falta os Conselheiros: Aírton Aloísio Michels, Fernando Braga Viggiano, Gisela Maria Bester e Rogério Gesta Leal. Na abertura dos trabalhos, o Presidente fez uso da palavra, desejando boas vindas a todos, em seguida, informou que a proposta de Indulto Natalino havia sido elaborada pelo Conselheiro Relator Geder Rocha Gomes, com a colaboração do Conselheiro Herbert Carneiro, Presidente da Comissão do Indulto e, também pelo Conselheiro Fernando Braga Viggiano e que seria entregue ao Ministro da Justiça naquele mesmo dia. Falou ainda, que foi de grande

valia o empenho realizado para que o livro MONITORAMENTO ELETRÔNICO: UMA ALTERNATIVA À PRISÃO? Experiências Internacionais e Perspectivas no Brasil, estivesse pronto para a reunião no Estado do Rio de Janeiro e solicitude, ainda, que cada Conselheiro o divulgasse em seus respectivos Estados. Em seguida, o Presidente, Sérgio Salomão Shecaira, passou a palavra aos conselheiros para Comunicações e Proposições: Com a palavra, a Conselheira Valdirene Daufemback comunicou sobre a reunião do conselho da comunidade no Estado de São Paulo e que a mesma estaria acontecendo dois dias após a do Rio de Janeiro. A Conselheira Ela Wiecko, comunicou que participou do Seminário Regional Mulheres em Situação de Prisão - Diagnósticos e Desafios na Implementação de Políticas Integradas no Âmbito do Mercosul, que foi realizada em Brasília nos dias 27 e 28 de outubro do corrente, no Carlton Hotel, contando com a participação da senhora Aryene, representante do Departamento Penitenciário Nacional, bem como representantes do Paraguai, Uruguai e Argentina. Nos debates realizados no evento, foi possível observar que todos os países da América Latina estão vivendo a mesma situação sobre mulheres presas por tráfico de drogas. A conselheira ressaltou ainda, que o evento contou com a participação de representantes de lésbicas, gays e negros e que a possibilidade dos presos votarem foi tema de ampla discussão. Em seguida, o presidente do CNPCP tomou a palavra e solicitou uma reunião com o CNJ, para tratar sobre o voto do preso provisório, quando da próxima Reunião Ordinária do Conselho. Com a palavra, o ex-Conselheiro Edson Biondi agradeceu o convite para participar da reunião no Rio de Janeiro e falou sobre como eram realizadas as residências terapêuticas, com os internos nos presídios do Estado do Rio de Janeiro. O Presidente do CNPCP, Dr. Sérgio Salomão Shecaira, salientou que após a publicação oficial do Indulto Natalino, realizará um Seminário para tratar dos pontos indicados no Indulto, com a participação da sociedade civil e órgãos governamentais. A Conselheira Chirstine pediu a palavra e comunicou que esteve, nesta semana, antes da chegada dos demais membros do CNPCP, no Estado do Rio de Janeiro, onde realizou inspeção em oito estabelecimentos penais, o que será discutido na Audiência Pública a ser realizada no Estado. Em seguida, sugeriu que as atas publicadas no CNPCP sejam realizadas em dois momentos. A primeira, com a degravação completa e a que for publicada no Diário Oficial da União, seja resumida. Disse ainda, que como membro do CNPCP, pensa que as Defensorias poderão colaborar, de forma excepcional, com os trabalhos prestados por este conselho. O presidente do CNPCP, Dr. Sérgio Salomão Shecaira, justificou a falta na reunião do Conselheiro Fernando Braga Viggiano, tendo em vista que o mesmo estava na Itália representando o DEPEN, num evento sobre Cooperativismo Social em Roma, Pesaro, Bologna e Trieste que foi realizado no período de 25 de outubro a 2 de novembro de 2008. O Conselheiro Carlos Eduardo Japiassú, solicitou que fosse registrado em ata, os sérios problemas que a Escola do Ministério Público causou em relação a organização do presente evento. Não cumprindo com suas obrigações em relação ao Simpósio - A Internacionalização do Direito Penitenciário - e que devido a falta de apoio em todo o evento, a Secretária do Conselho Jussara Isaac Ribeiro teve que deslocar quatro funcionários do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, para procederem a organização do evento, solicitando, inclusive, que fosse oficiado o Diretor da Escola do Ministério Público, bem como ao Procurador Geral, relatando sobre as dificuldades enfrentadas. Em seguida, procedeu-se à análise dos seguintes processos, previamente distribuídos: 1) Processo CNPCP/MJ nº 08037.000045/2008-34. Assunto: Solicita esclarecimento quanto à regularidade de conduta dos funcionários da Penitenciária II de Itirapina/SP. Parecer do Conselheiro Herbert José Almeida Carneiro: Pela rejeição da solicitação de esclarecimento aviada pelo Sr. Delegado da Polícia Federal e, em consequência, determina o arquivamento do expediente. Determina, ainda, o encaminhamento de cópias do expediente à egrégia Corregedoria Geral da Polícia Federal e ao Delegado consultante, Dr. Clayton Pontual Ribeiro Barbosa, para ciência. Aprovado, à unanimidade. Processo nº 00001.007987/2008-49. Assunto: PL nº 2.360/2007, do Deputado Eduardo Valverde - Altera o Decreto-Lei nº 2.848/40 (Código Penal), incluindo o Art. 359-I e altera a Lei nº 1.079/50, incluindo o Art. 39-B e dá outras providências. Parecer do Conselheiro Herbert José Almeida Carneiro: Pela aprovação do projeto. Pedido de vista pelo Conselheiro Adeildo Nunes. 2) Processo CNPCP/MJ nº 08037.000042/2008-09. Assunto: Proposta da Pastoral Carcerária Nacional pela criação de um novo modelo de CNPCP e realização de um seminário. Parecer do Conselheiro Carlos Weis: posiciona-se favoravelmente a que o CNPCP organize um seminário, em 2010, quando completará trinta anos de existência, fazendo um balanço de sua história e permitindo uma reflexão para o futuro. Aprovado, à unanimidade. 3) Processo ASPAR/MJ nº 08001.003925/2008-70. Assunto: PLS nº 154/2008, da Senadora Serys Slhessarenko - Acrescenta parágrafo ao art. 239 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para agravar a pena de notários e oficiais de registro que pratiquem ato destinado ao envio de criança ou adolescente para o exterior com inobservância das formalidades legais ou com o fito de obter lucro. Parecer do Conselheiro Carlos Weis: Pela rejeição do projeto. Aprovado, à unanimidade. 4) Processo ASPAR/MJ nº 08001.009111/2008-49. Assunto: PLS nº 287/2007, do Senador VALDIR RAUPP - Altera § 4º, do art. 33, da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, para estabelecer pena mais rigorosa para o traficante considerado primário. Parecer do Conselheiro Carlos Weis: Pela rejeição do PL. Aprovado, à unanimidade. 5) Processo DEPEN/MJ nº 08016.006360/2008-13. Assunto: Relatório de Inspeção realizada na Penitenciária Feminina do Complexo Dr. João Chaves em Natal/RN. Parecer da Conselheira Christine Kampmann Bittencourt: Marcar inspeção do CNPCP para os dias 08 e 09/12/2008. Aprovado, à unanimidade. 6) Processo ASPAR/MJ nº 08001.003243/2008-67. Assunto PL nº 2.619/2007, do Deputado Zinaldo Coutinho - Altera os Arts. 69 e 70 da Lei nº 7.219, de 11 de julho de 1984 - Lei de Execução Penal, alterando a composição e a

estrutura dos Conselhos Penitenciários. Parecer da Conselheira Valdirene Daufemback: Pela rejeição do PL. Aprovado, à unanimidade.

Após a análise dos processos, o Presidente do CNPCP falou sobre a saída dos conselheiros Carlos Weis, Eleonora de Sousa Luna e Carlos Lelio Lauria Ferreira, apresentado os agradecimentos de todos os membros do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, pelos relevantes serviços prestados para a Política Criminal e Penitenciária do país, sempre atuando na busca da melhor aplicação da execução penal e buscando atingir o principal objetivo da política criminal, que é a reintegração social dos apenados, baseada no respeito aos Direitos da Pessoa Humana. Em seguida, a palavra foi passada a Conselheira Eleonora Luna, que agradeceu a oportunidade de estar presente no conselho por tantos anos. Na sequência, o conselheiro Carlos Weis disse estar emocionado e que foram anos marcantes em sua vida profissional, tendo sido um trabalho motivante. Nada mais existindo a ser tratado, o Presidente do CNPCP encerrou os trabalhos, agradecendo a presença de todos. Para constar, lavrou-se a presente ata, redigida por mim, Jussara Isaac Ribeiro.

SÉRGIO SALOMÃO SHECAIRA
Presidente do Conselho

ATA DA 349ª REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NOS DIAS 1º E 2 DE DEZEMBRO DE 2008

Aos dias um e dois do mês de dezembro do ano de dois mil e oito, os membros do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária se reuniram na sala de reuniões do Edifício Sede do Ministério da Justiça, na cidade de Brasília/DF. Compareceram: o Presidente, Sérgio Salomão Shecaira, e os Conselheiros: Airton Aloísio Michels, Carlos Eduardo Adriano Japiassú, Cássio Castellarin, Christine Kampmann Bittencourt, Ela Wiecko Volkmer de Castilho, Fernando Braga Viggiano, Geder Luiz Rocha Gomes, Gisela Maria Bester, Herbert José Almeida Carneiro, Marcos Flávio Rolim, Pierpaolo Cruz Bottini, Rodrigo Duque Estrada Roig Soares, Rogério Gesta Leal e Valdirene Daufemback. A reunião contou com a presença, ainda, da Dra. Renata Campante e Dra. Ângela Cruz, Dr. Ricardo Piquet, membros da Fundação Roberto Marinho, Dra. Márcia Alencar, Coordenadora - Geral das Penas Alternativas - DEPEN/MJ, Dr. Carlo Crispim e do Dr. Jader Barcelos, membros da ABIN (Agência Brasileira de Inteligência), Dra. Ana Cristina de Alencar B. Oliveira, Dra. Rosângela Peixoto Santa Rita, Dr. Carlos José Pinheiro Teixeira, membros do DEPEN/MJ, Dra. Cláudia Stella, Psicóloga do Mackenzie no Estado de São Paulo, Dr. Pedro Oto de Quadros, membro do MPDFT/PDIJ, Dra. Carla Faria Machado e da Dra. Anna Maria Waistes, membros do TJDF/VEP. Justificou a falta: o Conselheiro Adeildo Nunes. Na abertura dos trabalhos, o Presidente fez uso da palavra, desejando boas vindas a todos. Em seguida, conduziu a posse dos novos membros, o Conselheiro Marcos Flávio Rolim e o Conselheiro Rodrigo Duque Estrada Roig Soares. 1) Apreciação das atas 346º e 347º. Na fase das Comunicações, o Presidente do CNPCP comunicou sobre o livro "O Direito Penal Internacional" do Conselheiro Carlos Eduardo Adriano Japiassú, publicado pela Editora Del Rey. Com a palavra, o Conselheiro Rogério Gesta Leal informou que está coordenando um grupo sobre Sistema Prisional Brasileiro e que esta fazendo o processo de sistematização desse projeto e que em breve formará um grupo de discussão como se fez com a Interceptação Telefônica. O Conselheiro Rogério Gesta Leal pediu ao Presidente do CNPCP que designe um Conselheiro para representar o Conselho em um dos Grupos de Trabalho, tendo sido indicado, pelo Presidente do Conselho, o Conselheiro Marcos Rolim. Com a palavra, o Presidente do CNPCP comunicou que foi convidado pelo Diretor Geral do DEPEN/MJ, Dr. Airton Aloísio Michels, para representar o Departamento Penitenciário Nacional - DEPEN/MJ, no Seminário "Sistemas Penitenciários e Direitos Fundamentais na América Latina", na Costa Rica, no dia 17 de novembro de 2008. Com a palavra, o Conselheiro Geder Luiz Rocha Gomes informou que na cidade de Vitória no Estado do Espírito Santo, foi realizado um debate acerca da elaboração de diretrizes da política de penas e medidas alternativas no país, tendo sido o mesmo feito por orientação do DEPEN/MJ. O Conselheiro Geder agradeceu o apoio que o Diretor Geral do DEPEN, Dr. Airton Aloísio Michels sempre oferece com relação a essa temática. Com a palavra, o Conselheiro Airton Michels falou que quando assumiu o DEPEN, foi necessário uma revisão em todos os convênios de Penas Alternativas que seriam formalizados no ano de 2008, entre o DEPEN e os respectivos convenentes, com o objetivo de uma melhor redistribuição dos recursos financeiros para a execução dos projetos. Com a palavra, o Conselheiro Geder disse que se sente preocupado quanto ao reexame da distribuição de recursos e também, a revisão da metodologia de execução dos projetos de Penas Alternativas, especificamente, no que se refere às Defensorias Públicas, uma vez que os citados projetos são pioneiros e têm demonstrado bons resultados, sendo experiências comprovadamente positivas. Ainda quanto ao tema de Penas e Medidas Alternativas, o conselheiro destacou a necessidade do incentivo da criação de mais centrais de aplicação de penas e medidas alternativas, sendo que hoje 250 centrais encontram-se em funcionamento no país, vindo de encontro com o que recomendam as Diretrizes estabelecidas pelo CNPCP, no que se refere ao tema. O conselheiro externou sua preocupação com a postura institucional do DEPEN que, segundo o mesmo, deveria disponibilizar mais recursos para a execução dos projetos de penas e medidas alternativas, uma vez que a aplicação delas têm sido responsável pelos índices positivos no que se refere ao sistema prisional. Ressaltando, deste modo, a importância do cumprimento da Resolução nº 05 do CNPCP. Com a palavra, o Conselheiro Michels disse que o DEPEN tem como prioridade absoluta encaminhar solução para o sistema prisional do país em suas diversas variantes, destacando, é claro, que as penas alternativas são importantes ferramentas para a busca desta solução. Relatando, inclusive, que os

convênios com as defensorias públicas que foram objeto de revisão pela assessoria técnica do DEPEN, não traziam a previsão das metas a serem atingidas, bem como, o número de pessoas a serem atendidas e que, por este motivo, foram todos objeto de reavaliação. Disse ainda, que há o interesse do DEPEN em dedicar maior atenção e procurar atingir a melhor forma de executar as penas alternativas, sendo evidente que as mesmas têm grau de importância elevado no que se refere ao alcance da reintegração social dos apenados. Com a palavra, o Conselheiro Herbert Carneiro disse que também se sente preocupado e perplexo diante da postura adotada pelo DEPEN, no que se refere à revisão dos recursos de penas alternativas pelo DEPEN/MJ, uma vez que todas as posicionamentos adotados sempre têm sido elaborados, discutidos e aprovados pela Comissão Nacional de Penas Alternativas e em conjunto com o DEPEN/MJ. Disse que, por diversas vezes, este assunto foi tratado com o ex diretor do DEPEN/MJ - Mauricio Kuehne e que, havia sido decidido que a decisão de que a Comissão Nacional de Penas Alternativas e o DEPEN, trabalhariam sempre em conjunto e que haveria a preferência de formalização dos convênios de Penas Alternativas com os Órgãos Estaduais, em especial, Defensorias Públicas. Uma vez que as experiências anteriores mostraram-se positivas e também, que convênios já formalizados encontram-se em plena execução. Ressaltou que entende que as Penas Alternativas atuam como forte ferramenta no que diz respeito à diminuição do déficit de vagas no sistema prisional. Destacou que, já basta o fracasso das prisões federais, reconhecido pela sociedade, devendo sim o DEPEN, focar seu trabalho nas Penas Alternativas de um modo maciço. Comunicou que esteve com autoridades discutindo sobre Execução Penal e reiterou a necessidade do CNPCP trabalhar cada vez mais no sentido de editar normas rígidas sobre a aplicação e execução de medidas alternativas. Disse ainda, da elaboração de uma minuta de cooperação entre o CNPCP e o Conselho Nacional de Justiça CNJ, informando, também, que quando participou da reunião naquele Órgão, indagou aos presentes sobre o andamento do termo de cooperação. Tendo como resposta, a informação de que não havia qualquer instrumento de cooperação entre os dois órgãos que estivesse em andamento ou que, pelo menos não naquele momento. O Conselheiro solicitou, portanto, ao Presidente Shecaira a adoção de providências para que a assessoria jurídica do Ministério da Justiça, providencie, com brevidade, a confecção do termo de cooperação entre os órgãos citados, no que refere-se ao tema proposto. Comunicou por fim, que esteve na cidade de Fortaleza, participando de um evento de Direitos Humanos e Sistema Prisional, sendo aquele evento de extrema importância no que tange a questão humana intra-muros. Com a palavra, o Presidente Shecaira, informou que sobre o termo de cooperação, há uma reunião marcada entre a Presidência deste Conselho e a Assessoria Jurídica do Ministério da Justiça, com o objetivo de dar celeridade andamento à confecção do documento para a concretização da citada parceria. Com a palavra, o Conselheiro Gesta Leal, disse que não concorda com os conselheiros Geder e Herbert, no que se refere às Penas Alternativas serem tratadas como grande ponto de contribuição e de êxito de política pública no que tange ao atendimento das necessidades primordiais do sistema prisional Brasileiro. Disse que é preciso, sim, que estas políticas públicas sejam planejadas, a partir dos recursos que estão disponíveis pelo Poder Executivo para o sistema prisional. Destacando que, o conselho tem como prioridade trabalhar no que se refere à Gestão do Sistema Prisional, tendo em vista as condições em que se encontram, atualmente, as pessoas em situação de cárcere no país. Com a palavra, o Conselheiro Rodrigo disse que sobre as centrais de flagrante, é necessário que o DEPEN promova um estudo minucioso sobre as mesmas, além das centrais das penas alternativas. Com a palavra, a conselheira Valdirene disse que os investimentos dos recursos do DEPEN têm sido, majoritariamente, destinados às construções de prisões e que, é extremamente necessário que esta prática seja repensada no sentido de um investimento maior nas penas alternativas, como forma de tratar o problema prisional de uma maneira mais focada e como diretriz estratégica e ética. Com a palavra, a conselheira Christine disse que no sentido dos investimentos da construção de presídios, há necessidade de que a construção de presídios venha acompanhada da previsão de cargos a serem ocupados, evitando dessa forma, que as unidades sejam inauguradas e não possam entrar em funcionamento por falta de corpo funcional. Ressaltando, entretanto, a necessidade de significativo investimento em penas alternativas, tendo em vista tratar-se de importante ferramenta no que concerne à melhoria das condições de execuções penais no país; Além de ser de grande importância, a realização de um trabalho de conscientização junto aos juízes e promotores, no sentido de incentivá-los a aplicar medidas alternativas à prisão. Destacando ainda, a necessidade do fiel cumprimento das resoluções do CNPCP, por se tratar de legislação, que foram objeto de amplo estudo por parte deste colegiado e que buscam, tecnicamente, atingir o problema da questão prisional. Com a palavra, o conselheiro Michels disse que sempre há possibilidade de suplementação de verbas, mas que para o ano de 2009 haverá possivelmente uma redução desses valores. Disse ainda, que a atenção do DEPEN, volta-se para a construção de presídios, com o objetivo de reduzir o déficit de vagas no sistema prisional, o que vem sendo um dos principais problemas de execução penal. O que não descarta, evidentemente, o compromisso do DEPEN em investir em outras ações que busquem a melhoria do sistema prisional do país. Falou também, sobre a resolução que trata da educação no sistema prisional, entendendo o CNPCP que o texto apresentado pelo DEPEN/MJ não tinha a forma de resolução, adotada pelo CNPCP. O documento foi reencaminhado ao DEPEN para reformulação e ficou designado o conselheiro Herbert Carneiro para analisar e apresentar sugestões do Conselho para a confecção adequada da citada proposta de resolução. O conselheiro Michels destacou que é necessário que o Ministério da Educação assuma os assuntos referentes à sua pasta dentro sistema prisional, uma vez que a responsabilidade pela educação no sistema prisional têm sido, há anos, do Ministério da Justiça. Com a palavra, o conselheiro Herbert